



SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DE LAGOA

PLANO INTEGRADO DE PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR



Açores pela Educação

JULHO DE 2017
(Versão 6)

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	2
LEMA DA ESCOLA	3
A ARTICULAÇÃO DESTE PLANO COM OS RESTANTES DOCUMENTOS ORIENTADORES DA ESCOLA	4
A. DIAGNÓSTICO	5
A1. DE 2012 A 2016	5
1. CONTEXTO SOCIAL DA ESCOLA	5
2. RECURSOS FÍSICOS DA ESCOLA	6
3. RELACIONAMENTO DA ESCOLA COM OUTRAS INSTITUIÇÕES	6
4. OFERTA EDUCATIVA	7
5. RESULTADOS DAS PROVAS FINAIS DO 4.º E 6.º ANOS	10
6. TAXA DE TRANSIÇÃO DO ENSINO BÁSICO	10
7. AS CAUSAS DO INSUCESSO APONTADAS COM MAIS FREQUÊNCIA PELA COMUNIDADE EDUCATIVA	11
A2. RESULTADOS 2015/2016, PONTO DE PARTIDA PARA 2016/2017	12
A3. RESULTADOS 2016/2017, PONTO DE PARTIDA PARA 2017/2018	13
A4. ANÁLISE DA INDISCIPLINA	15
B. CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA O SUCESSO	16
C. DESEMPENHO CONSIDERADO ESSENCIAL PARA SE OBTER SUCESSO EM CADA DISCIPLINA	20
D. METAS FIXADAS PELA ESCOLA PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS.....	21
E. EIXOS DE AÇÃO PRIORITÁRIA	22
1. FOCO NA QUALIDADE DAS APRENDIZAGENS DOS ALUNOS	22
1.1 PROJETOS DA INICIATIVA DA DRE APLICADOS NA ESCOLA	22
1.2 MEDIDAS / PROJETOS DA INICIATIVA DA ESCOLA	23
2. PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS DOCENTES	33
3. MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE EDUCATIVA E PARCEIROS SOCIAIS	35
F. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROSUCESSO	37
G. ANEXOS	38

INTRODUÇÃO

«O Governo Regional determinou implementar o Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar - ProSucesso, Açores pela Educação, doravante designado por ProSucesso, que elege como principal objetivo a redução da taxa de abandono precoce da educação e da formação e o aumento do sucesso escolar em todos os níveis e ciclos de ensino, em sintonia com a Estratégia Europeia para a Educação e Formação, Europa 2020.

O ProSucesso constitui-se como um instrumento de planeamento e de suporte às medidas e projetos a desenvolver pela Direção Regional da Educação e Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional, no âmbito da promoção do sucesso escolar.» (*in Resolução do Conselho do Governo n.º 133/2015 de 14 de Setembro de 2015*)

A ação pretendida enquadra-se em três eixos prioritários: foco na qualidade das aprendizagens dos alunos, promoção do desenvolvimento profissional dos docentes e mobilização da comunidade educativa e parceiros sociais.

E é nesta conjuntura que surgiu o ProSucesso da EBI de Lagoa. Trata-se de um Plano que integra um conjunto de desígnios para tentar expurgar os problemas mais prementes desta Unidade Orgânica, no âmbito da promoção do sucesso escolar, através de projetos transversais e de projetos específicos – os primeiros, apresentados pela Direção Regional da Educação e da sua responsabilidade de implementação, os segundos apresentados pela Escola, alicerçados num diagnóstico da realidade da unidade orgânica, com as condições de concretização disponíveis. Continuaremos com algumas medidas específicas que já desenvolvíamos e apresentamos outras a partir das sugestões dos alunos, dos pais e encarregados de educação e dos diversos Departamentos desta Unidade Orgânica.

Na verdade, a preocupação com os níveis de insucesso escolar sempre esteve na ordem do dia das ações das estruturas intermédias e dos órgãos de gestão. Um único aluno que não alcançava os objetivos definidos sempre foi uma razão para não desistir. Muitas foram e continuam a ser as iniciativas nesta caminhada. Então o que se pede agora? Mais do mesmo? Não. Este documento pretende mobilizar esforços no interior da Escola, mas também na sociedade, porque agir vai querer dizer ouvir e envolver toda a comunidade. O caminho pode e deve ser outro. O caminho da responsabilização de todos os intervenientes, porque todos têm de fazer parte da solução. Não significa mais. Mas diferente. Melhor. Para melhores resultados.

Neste contexto, as três Escolas do concelho de Lagoa já acertaram o rumo, definiram estratégias comuns de atuação e contam com a Câmara Municipal, como parceira de excelência, interpretando uma visão concelhia para a Educação dos alunos que vivem na Lagoa.

Desde a sua primeira versão em julho de 2015, este Plano caracteriza-se por ser aberto, incompleto, um instrumento dinâmico que acata todas as sugestões e reajustamentos que se considerem adequados ao seu primordial objetivo: o combate ao insucesso escolar.

Esta quinta versão do Plano, decorre da necessidade de reorganizar, reformular e introduzir novas medidas na sequência das orientações da Direção Regional da Educação, em particular da *Comissão Coordenadora do Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar – ProSucesso*, criada pelo Despacho n.º 691/2017 de 6 de abril.

E assim continuará a ser. Um espaço de registo das intenções, das vontades que mudam com as conclusões, porque será essa atitude que poderá determinar o sucesso!

Lema da Escola



Onde há vontade, há um caminho.

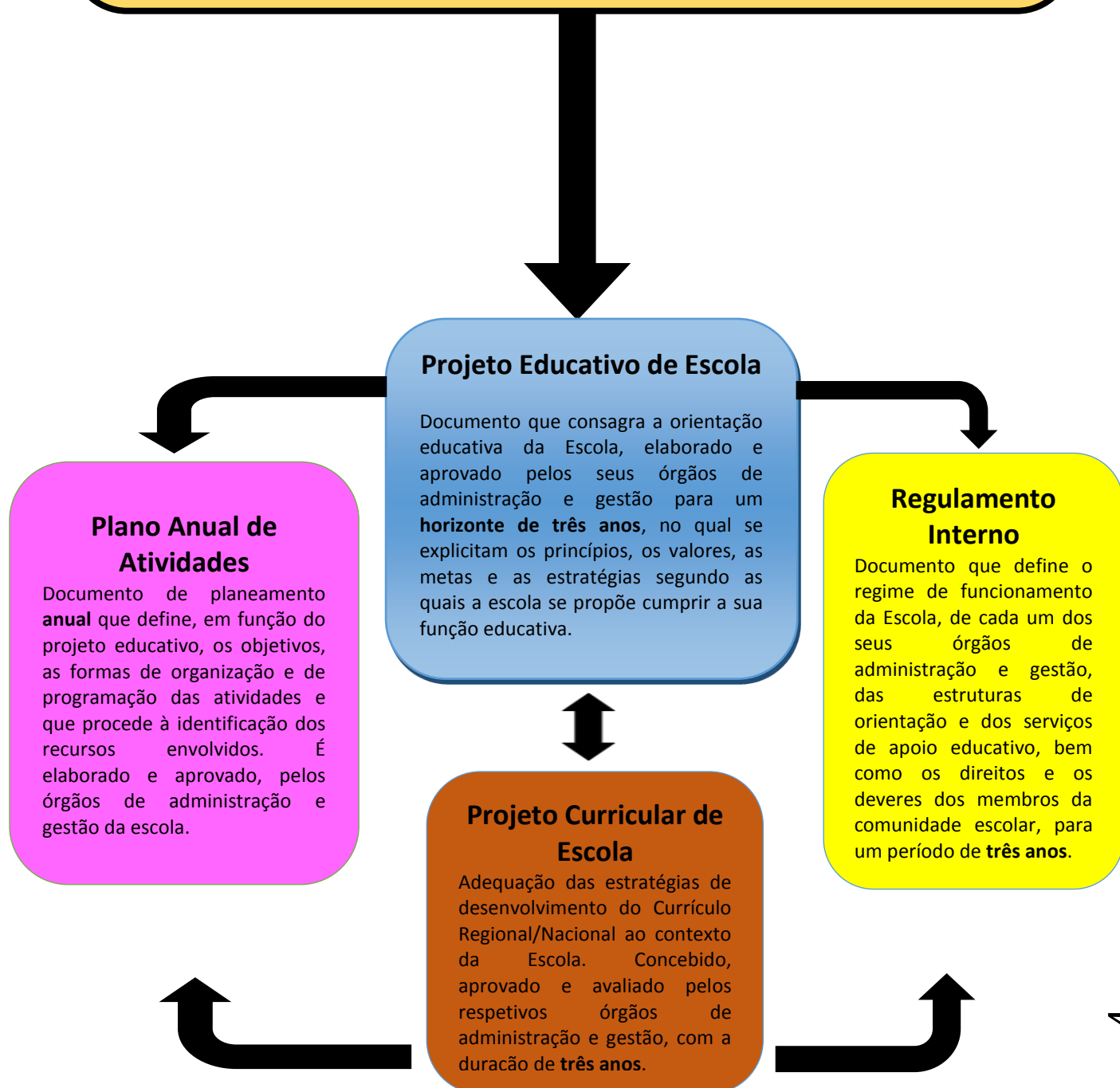
A ARTICULAÇÃO DESTE PLANO COM OS RESTANTES DOCUMENTOS ORIENTADORES DA ESCOLA

Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar (ProSucesso)

O ProSucesso constitui-se como um instrumento de planeamento, **para um horizonte de dez anos**, e de suporte às medidas e projetos a desenvolver pela Direção Regional da Educação e Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional, no âmbito da promoção do sucesso escolar.

O ProSucesso conta com a participação de diferentes departamentos governamentais, bem como de outras entidades e grupos de trabalho que, no âmbito da sua área de intervenção, se comprometem a colaborar com as ações constantes do documento e que conduzam à plena integração do aluno na escola, ao seu desenvolvimento harmonioso e à qualidade das aprendizagens, sem prejuízo de outras ações que, com este desiderato, venham a ser consideradas relevantes.

(in Resolução do Conselho do Governo n.º 133/2015 de 14 de Setembro de 2015)



A. DIAGNÓSTICO

A1. DE 2012 A 2016

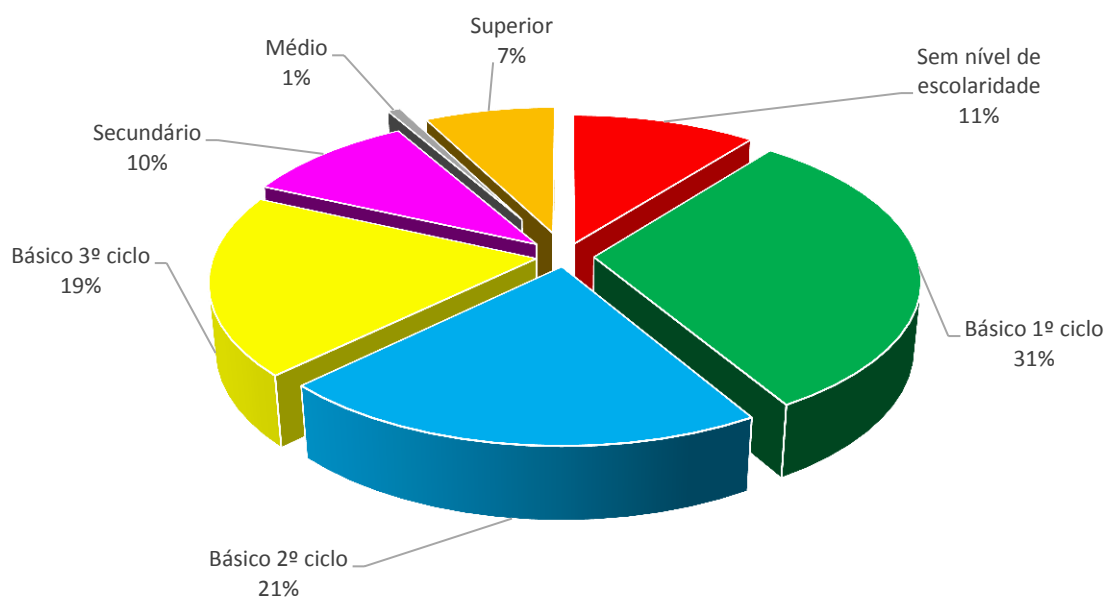
1. CONTEXTO SOCIAL DA ESCOLA

1.1. NÍVEL SOCIOCULTURAL

Nível de escolaridade da população residente (com 15 e mais anos)							
Total	Sem nível de escolaridade	Básico 1º ciclo	Básico 2º ciclo	Básico 3º ciclo	Secundário	Médio	Superior
11 413	1 208	3 527	2 422	2 180	1 128	86	862

Fonte: (segundo os Censos 2011)

Nível de escolaridade da população residente na Lagoa (com 15 e mais anos)



1.2. NÍVEL SOCIOECONÓMICO

NÚMERO DE ALUNOS DA ESCOLA BENEFICIÁRIOS DA ASE							Beneficiários (I, II, III, IV)
	I	II	III	IV	V	Total alunos	%
2012/2013	300	291	204	71	438	1205	63,7
2013/2014	333	329	220	68	328	1278	74,3
2014/2015	332	312	246	49	300	1239	75,8
2015/2016	385	281	215	59	263	1203	78,1

2. RECURSOS FÍSICOS DA ESCOLA

Estabelecimento	TC	DMMG	JPP	MJC	OGF	FCC	FMFM	Pe. JJA
Estado de Conservação	B	A	B	B	B	B	B	A

Legenda: A – Necessita urgentemente de reparações B – Bom estado de conservação

TC- EB1/JI Tavares Canário

DMMG – EB1/JI D. Manuel Medeiros Guerreiro

JPP – EB1/JI Dr. José Pereira Botelho

MJC – EB1/JI Marquês Jácome Correia

OGF – EB1/JI Prof. Octávio Gomes Filipe

FCC – EB1/JI Dr. Francisco Carreiro da Costa

FMFM – EB1/JI Dr. Francisco Machado Faria e Maia

Pe. JJA – EB2,3 Pe. João José do Amaral

3. RELACIONAMENTO DA ESCOLA COM OUTRAS INSTITUIÇÕES

3.1. A AUTARQUIA

- Transporte para Visitas de Estudo.
- Manutenção dos edifícios do 1.º CEB.
- Cedência de Espaços Públicos para eventos pontuais.

3.2. AS OUTRAS ESCOLAS DO CONCELHO

- Definição de regras comuns de funcionamento ao nível do combate à indisciplina e da atuação da Ação Social Escolar.

3.3. A COMUNIDADE EDUCATIVA

- Reuniões com os encarregados de educação no início do ano letivo.
- Reuniões com os encarregados de educação de alunos com problemas de comportamento ou de aprendizagem.
- Celebração de protocolos com a Associação de Pais e Encarregados de Educação para a organização de sessões formativas dirigidas a pais e outras parcerias no interesse dos alunos.

4. OFERTA EDUCATIVA

4.1 ALUNOS MATRICULADOS

	Ano Letivo 2014/2015	Ano Letivo 2015/2016
Educação Pré-escolar	283	264
1.º CEB regular	558	546
Oportunidade I	12	10
Projeto Currículo Adaptado (3.º/4.º)	8	20
Programa Ocupacional	7	8
2.º CEB regular	315	296
Oportunidade II	36	30
Projeto Currículo Adaptado (5.º)	--	10
Programa DOV	15	10

4.2 TAXA DE FREQUÊNCIA DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

					Meta da Escola	Meta da DRE	Meta da DRE
	2012/2013 Taxa Regional (%)	2012/13 Taxa Escola (%)*	2013/14 Taxa Escola (%)*	2014/15 Taxa Escola (%)*	2015/16 Taxa (%)*	2020/21 Taxa (%)	2025/26 Taxa (%)
Crianças com 3 anos	68,1	100	100	100	100	>75	>85
Crianças com 4 anos	91	100	100	100	100	>91	>95
Crianças com 5 anos	100	100	100	100	100	100	100
*Taxa de frequência relativamente à procura							

Os dados apresentados acima mostram que a EBI de Lagoa tem matriculado nos seus estabelecimentos todas as crianças de 3, 4 e 5 anos inscritas na educação pré-escolar, superando assim as metas da Direção Regional de Educação, neste âmbito.

4.3 ALUNOS COM MREE

Ano Letivo 2014/2015						
Medidas Educativas						
	Turma com Projeto Curricular Adaptado	Programa Despiste e Orientação Vocacional	Programa Ocupacional	Unidades especializadas com currículo adaptado (UNECA)	(Apoio Pedagógico Personalizado) Terapia da Fala	Outras medidas (alunos integrados nas turmas do ensino regular)
Pré-escolar				6	0	16
1.º CEB	8			16	0	76
2.º CEB	0	15	7	7	0	10

Ano Letivo 2015/2016						
Medidas Educativas						
	Turma com Projeto Curricular Adaptado	Programa Despiste e Orientação Vocacional	Programa Ocupacional	Unidades especializadas com currículo adaptado (UNECA)	(Apoio Pedagógico Personalizado) Terapia da Fala	Outras medidas (alunos integrados nas turmas do ensino regular)
Pré-escolar				6	35	14
1.º CEB	20			15	33	78
2.º CEB	10	10	8	6	8	6

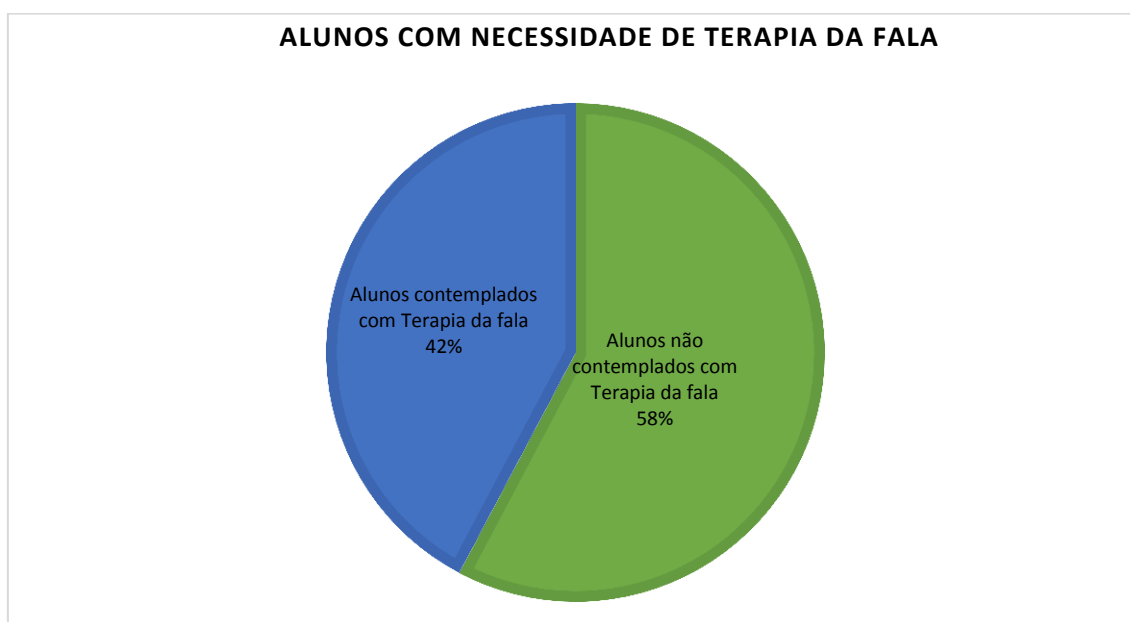
4.4 ALUNOS COM NECESSIDADE DE TERAPIA DA FALA

A Terapia da Fala é a área da saúde responsável pela prevenção, avaliação, diagnóstico, tratamento e estudo científico da comunicação humana e problemas relacionados, incluindo todos os processos associados à compreensão e produção da linguagem oral e escrita, assim como formas de comunicação não-verbal. A falta de um Terapeuta da Fala ao serviço da Escola é uma lacuna há muito tempo identificada face ao elevado número de alunos sinalizados, o que totaliza **76** casos.

Mas também é do conhecimento da Escola que muitos alunos frequentam sessões de Terapia da Fala em instituições públicas e privadas, por iniciativa dos encarregados de educação ou por indicação dos médicos de família, nomeadamente, LAPSIS - Centro de Apoio Psicoterapêutico e Psicológico, o CDIJA - Centro de Desenvolvimento Infantojuvenil dos Açores, entre outros.



Foi feito um levantamento exaustivo, junto de cada educadora de infância, professor titular de turma e diretor de turma para contabilizar o número de alunos com necessidade de terapia da fala e se efetivamente estavam a receber algum acompanhamento fora da Escola.



Dos dados recolhidos, durante o ano letivo 2014/2015, o que, na verdade, configura uma situação semelhante à atual, uma vez que continua a não haver um Terapeuta da Fala ao serviço da Escola, dos 76 alunos sinalizados, 58% não são contemplados com qualquer acompanhamento nesta área.

4.5 ALUNOS NO PROGRAMA ESPECÍFICO DE RECUPERAÇÃO DA ESCOLARIDADE

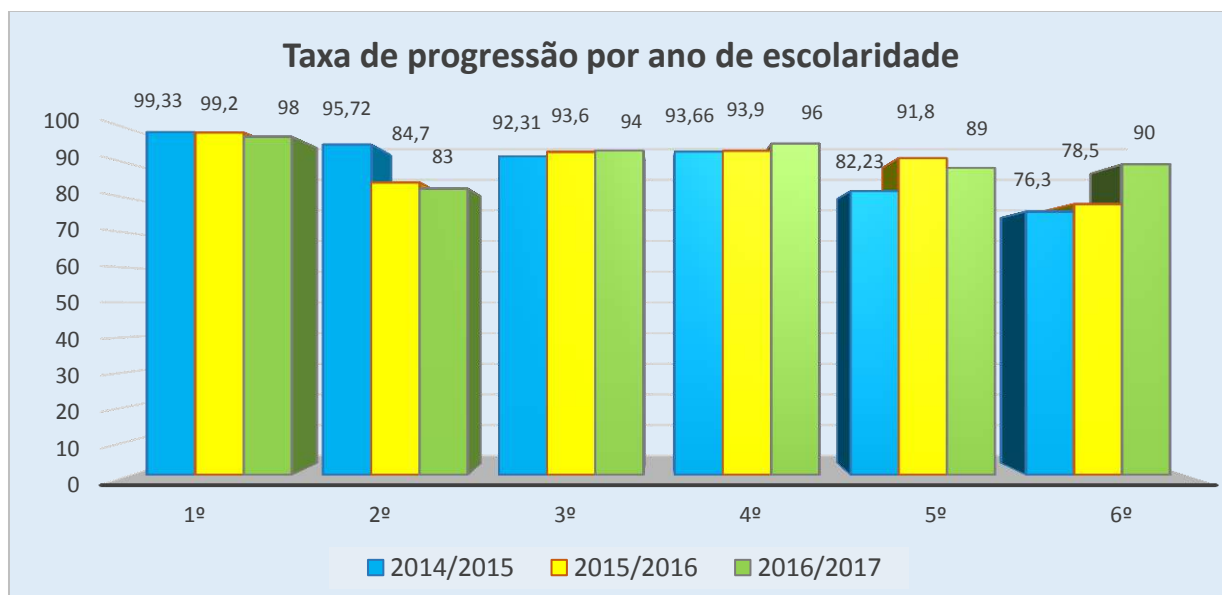
	Programa Oportunidade	
	Ano Letivo 2014/2015	Ano Letivo 2015/2016
1.º CEB	12	10
2.º CEB	36	31

5. RESULTADOS DAS PROVAS FINAIS DO 4.º E 6.º ANOS

	2012/13		2013/14		2014/15	
	Média Regional (%)	Média Escola (%)	Média Regional (%)	Média Escola (%)	Média Regional (%)	Média Escola (%)
Português 4.º Ano	41,43	40,38	54,88	56,24	58,86	60,09
Português 6.º Ano	44,23	38,87	51,59	50,71	51,74	52,72
Matemática 4.º Ano	46,58	45,75	46,98	46,65	49,82	50,49
Matemática 6.º Ano	35,93	28,01	37,93	33,51	39,59	37,76

Estes dados poderão servir de referência para a análise dos resultados das Provas Finais de Avaliação Interna.

6. TAXA DE TRANSIÇÃO DO ENSINO BÁSICO



7. AS CAUSAS DO INSUCESSO APONTADAS COM MAIS FREQUÊNCIA PELA COMUNIDADE EDUCATIVA

7.1. ALUNOS

- Indisciplina
- Atenção/concentração
- Falta de respeito pelas regras de convivência social no refeitório
- Falta de apoio mais individualizado durante a aula
- Não saber estudar
- Não saber gerir o tempo
- Programas muito extensos e difíceis
- Elevada carga horária
- Marcação de vários testes e/ou trabalhos na mesma semana
- Não ter os manuais (emprestados) atualizados de acordo com as Metas

7.2. ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

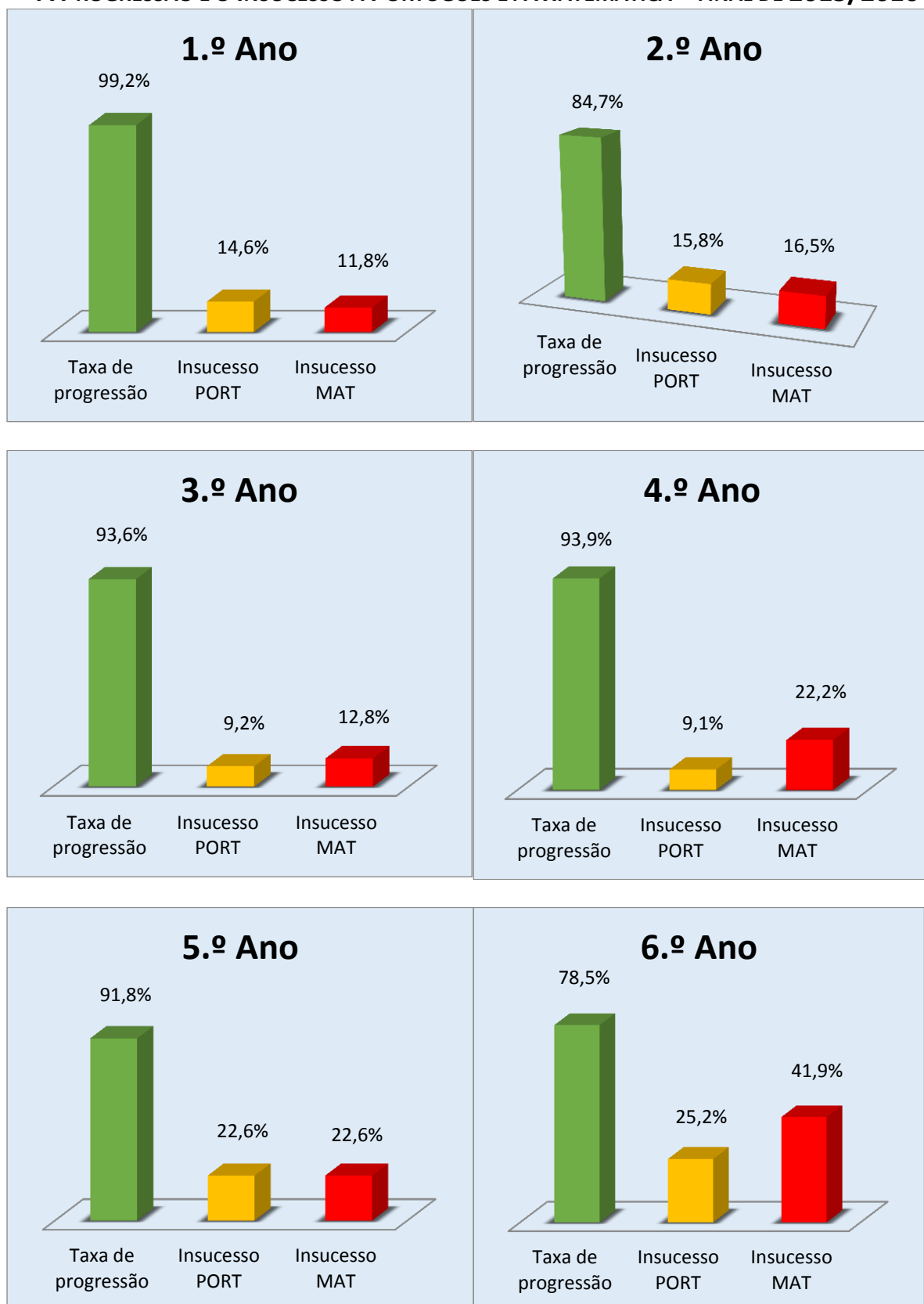
- Manuais escolares desatualizados
- Programas escolares muito complexos e extensos
- Condições físicas das escolas
- Desresponsabilização dos pais
- Falta de empenho dos alunos
- Dificuldade em apoiar os seus educandos na realização das tarefas escolares
- Combate à indisciplina

7.3. DOCENTES

- Nível de exigência das Metas
- Extensão dos programas
- Falta de maturidade dos alunos relativamente ao nível de complexidade dos conteúdos lecionados
- Indisciplina
- Pouco envolvimento dos pais no acompanhamento e na responsabilização dos seus educandos
- Baixo nível cultural dos encarregados de educação

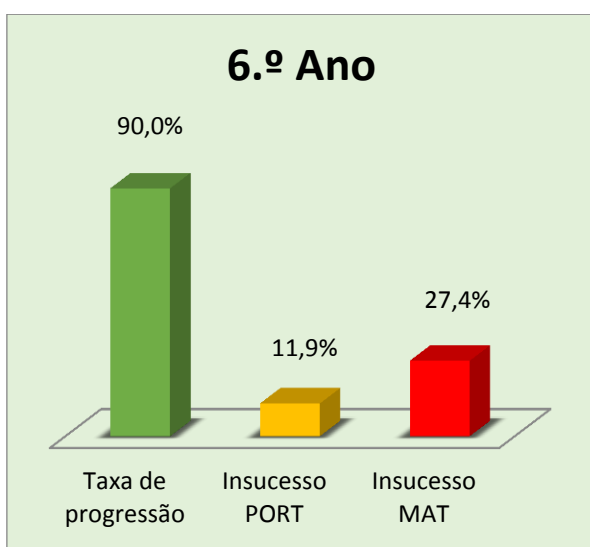
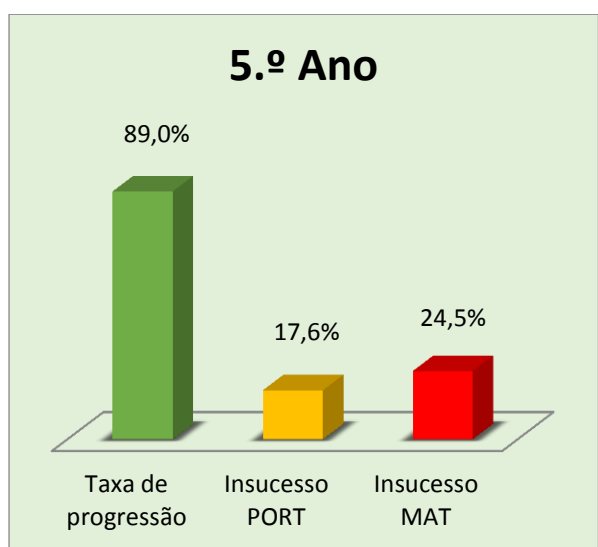
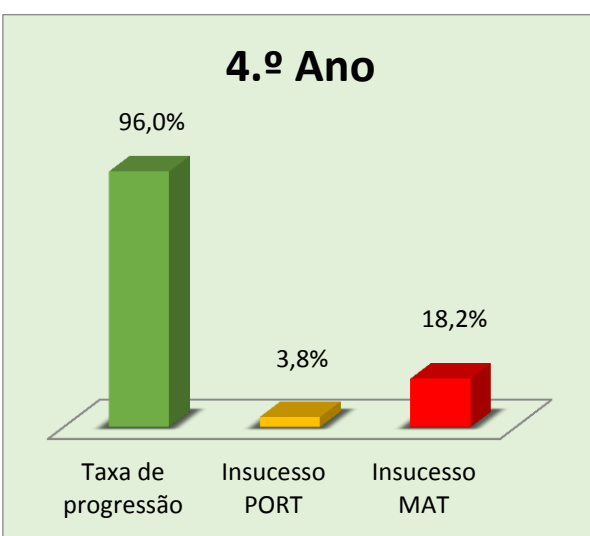
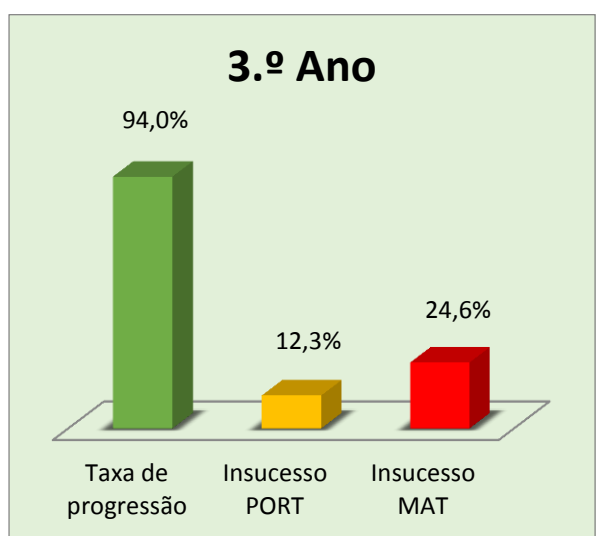
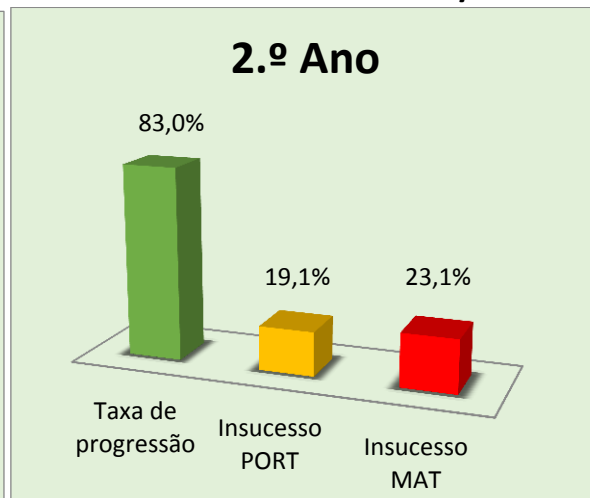
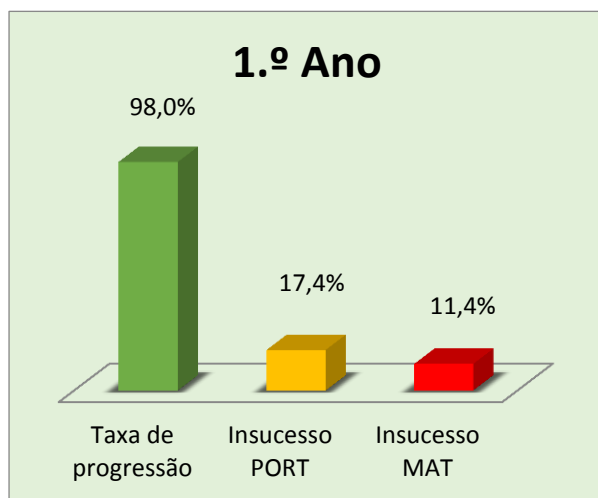
A2. RESULTADOS 2015/2016, PONTO DE PARTIDA PARA 2016/2017

A PROGRESSÃO E O INSUCESSO A PORTUGUÊS E A MATEMÁTICA – FINAL DE 2015/2016



A3. RESULTADOS 2016/2017, PONTO DE PARTIDA PARA 2017/2018

PROGRESSÃO E O INSUCESSO A PORTUGUÊS E A MATEMÁTICA – FINAL DE 2016/2017



Da leitura dos gráficos anteriores podemos concluir que, no final do ano letivo 2015/2016, o nível de insucesso na disciplina de Matemática era preocupante, com destaque no 4.º, 5.º e 6.º anos de escolaridade. Menos relevante, mas objeto de merecida atenção também foram os níveis de insucesso em Português, com destaque para os 5.º e 6.º anos de escolaridade.

Da análise dos dados nos gráficos, referentes ao final do ano letivo de 2016/2017, verificamos que, no 2.º e 5.º anos, é visível um decréscimo da taxa de progressão. Nos anos terminais de ciclo (4.º e 6.º) o sucesso é mais evidente, tendo aumentado as taxas de progressão e verificando-se uma redução significativa no insucesso de Português e de Matemática.

As taxas de progressão nos anos terminais de ciclo, por serem animadoras, numa primeira análise, não nos podem desviar das reais lacunas que os alunos ainda manifestam nos anos intermédios, em particular, nas áreas de Português e de Matemática.

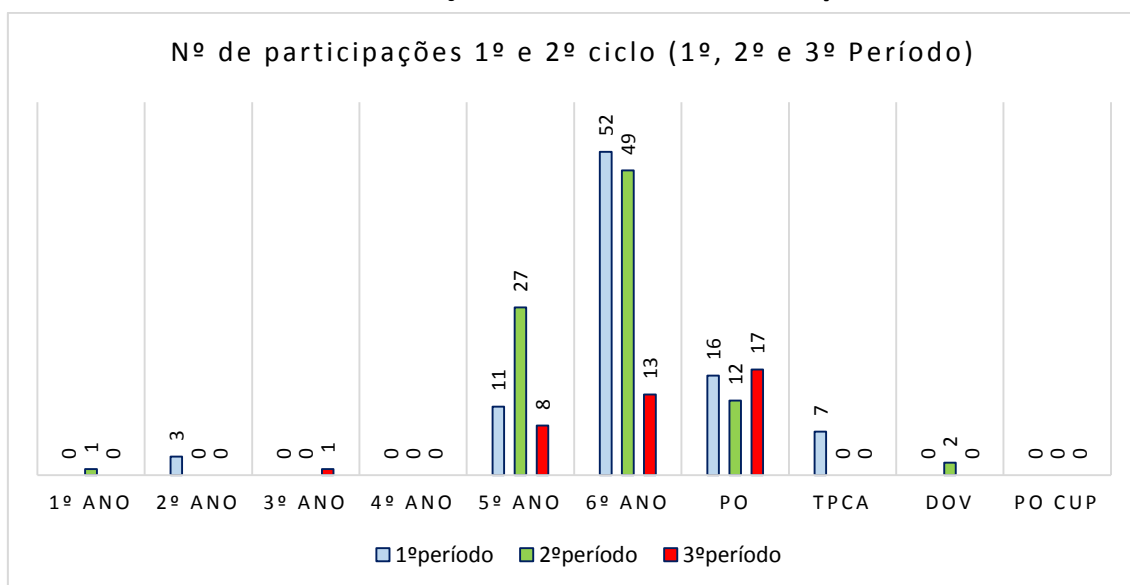
Para além da taxa de progressão/transição, a preocupação deve ser a qualidade das aprendizagens, em que condições progridem os nossos alunos, que dificuldades manifestam, quais as áreas com mais insucesso e que medidas podemos implementar, assertiva e atempadamente, para suprir as lacunas do percurso, porque acreditamos que aqui reside o segredo para o sucesso educativo dos nossos alunos.

A4. ANÁLISE DA INDISCIPLINA

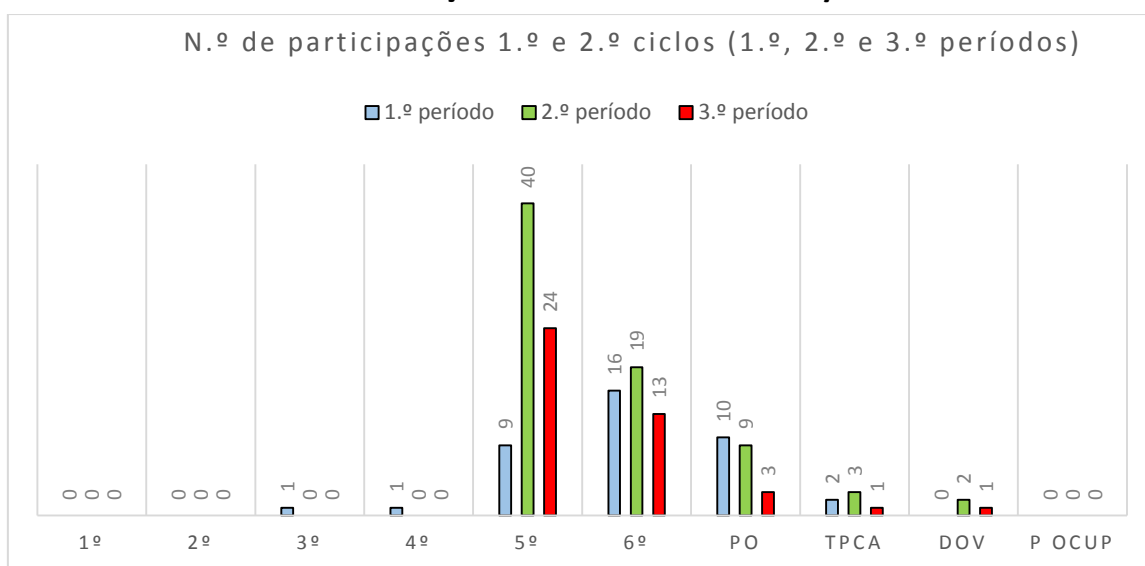
Tendo a indisciplina sido apontada como uma das causas do insucesso escolar, a escola apostou na sua monitorização, desde o ano letivo 2015/2016, no sentido de encontrar as medidas adequadas que permitam a minimização deste problema, tendo sido registadas, neste ano, 219 participações disciplinares.

Com base na análise comparativa entre os dois gráficos abaixo, verifica-se que houve uma significativa redução no número de participações disciplinares, no ano letivo 2016/2017, passando a registar-se apenas 154. No entanto, para além de uma resposta eficaz em cada ocorrência, é necessário continuar com a aplicação de estratégias preventivas do fenómeno da indisciplina, principalmente no 2.º Ciclo.

PARTICIPAÇÕES DISCIPLINARES EM 2015/2016



PARTICIPAÇÕES DISCIPLINARES EM 2016/2017



B. CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA O SUCESSO

❖ INTERVENÇÃO PRECOCE

Encetar todos os mecanismos ao alcance da Escola para garantir a afetação de uma educadora de infância para desempenhar funções em espaço de proximidade, nomeadamente na Unidade de Saúde de Lagoa.

❖ APOIO EDUCATIVO – AGIR PRECOCAMENTE, UMA ESTRATÉGIA DE SUCESSO.

Com a colocação de educadores para o desempenho das funções de Apoio Educativo, conseguiremos melhorar significativamente a qualidade do ensino/aprendizagem; aprofundar e delinear estratégias e ações que materializem os princípios orientadores do processo ensino/aprendizagem; proporcionar/desenvolver a aquisição de conhecimentos e competências, atitudes e valores; promover a integração e a igualdade de oportunidades para todas as crianças com dificuldades de aprendizagem, de todos os estabelecimentos de ensino.

❖ APOIO ESPECIALIZADO PARA TODOS OS ALUNOS COM MREE

O reforço do número de docentes especializados ao serviço da Escola configura-se urgente. Como consequência, libertaria os docentes de apoio do ensino regular destas funções para reforçar o apoio educativo junto dos restantes alunos com dificuldades na aprendizagem, muitos deles em risco de terminarem o ano letivo sem desenvolver as competências necessárias para prosseguirem com sucesso os seus estudos.

❖ DIFERENCIAÇÃO PEDAGÓGICA

A Escola deve gerir a heterogeneidade e promover a igualdade de oportunidades de sucesso dos alunos. Para conseguir diferenciar, é necessário não se ser indiferente às diferenças e estar atento à especificidade da comunidade escolar.

Diferenciar o ensino é permitir que cada aluno desenvolva as suas capacidades ao seu ritmo, passando pela selecção apropriada de métodos de ensino adequados a cada situação, diversificando, se necessário, a oferta formativa.

❖ OTIMIZAÇÃO PEDAGÓGICA DOS HORÁRIOS DO 1.º CICLO

Na elaboração dos horários deve ser assegurado, sempre que possível, que as áreas disciplinares de Inglês e de Expressão e Educação Físico-Motora sejam ministradas no final do dia letivo ou, quando não for possível, só depois do intervalo da manhã. Assim, fica garantido que, pelo menos, a área de Português e de Matemática sejam ministradas em horário comprovadamente mais adequado para as aprendizagens mais exigentes no domínio cognitivo.

As áreas disciplinares de Inglês e de Expressão e Educação Físico-Motora devem ser distribuídas pelo número de professores do 2.º ciclo (com formação nas referidas áreas disciplinares) necessário ao cumprimento do ponto anterior.

❖ ACOMPANHAMENTO DOS ALUNOS NA TRANSIÇÃO DE CICLO

Articulação entre os professores titulares de turma do 4.º ano e o diretor de turma do 5.º ano do ano subsequente, nomeadamente com a realização de, pelo menos, uma reunião no início do ano letivo para apresentação do perfil dos alunos.

❖ **TERAPEUTA DA FALA, O TÉCNICO QUE FALTA**

A eficácia da Terapia da Fala na promoção do sucesso escolar é um dado comprovado por vários estudos. Com o reconhecimento das vantagens da atuação do Terapeuta da Fala em contexto escolar e tendo por base uma perspetiva de inclusão, surge a questão do porquê da inexistência deste profissional na Escola.

Considerando a escola um contexto aberto, dinâmico e recetivo a mudanças, espera-se promover a reflexão sobre os processos de avaliação, planeamento e intervenção junto dos alunos com necessidades educativas especiais e que a Unidade Orgânica possa constituir um exemplo de uma escola atenta às suas fragilidades e eficaz na prossecução dos seus objetivos de garantir o sucesso escolar para todos.

❖ **SALA DE AULA, ESPAÇO DE RESPEITO E TRABALHO**

Os professores enfrentam, nos dias de hoje, enormes desafios decorrentes da diversidade dos seus alunos. Cientes de que a escola atual deverá proporcionar respostas educativas distintas da escola das décadas anteriores, entendemos que a efetiva cultura do trabalho em sala de aula será conseguida através do cumprimento de diferentes estratégias, nomeadamente:

- ✓ Fazer cumprir, de forma generalizada e uniforme, as regras previstas no Regulamento Interno da U.O.
- ✓ Estimular a aplicação dos conhecimentos na resolução das propostas de trabalho apresentadas nas várias áreas curriculares/disciplinas, utilizando regras básicas, técnicas ou métodos de trabalho e de estudo, treinados nas várias áreas.
- ✓ Valorizar o interesse e empenho demonstrados no desenvolvimento das atividades propostas (intervenção oportunas e cumprimento das tarefas e normas).
- ✓ Realçar a importância da escola na formação integral do indivíduo, valorizando a assiduidade e pontualidade.
- ✓ Promover a utilização das TIC nas salas de aula, tornando os conteúdos mais apelativos, podendo potenciar o interesse dos alunos.
- ✓ Reforçar a aposta na avaliação formativa privilegiando a avaliação contínua de forma a manter os alunos atentos e despertos em todos os momentos da aula, promovendo o trabalho autónomo supervisionado em detrimento das aulas expositivas e dos momentos de avaliação pré determinados.

❖ **TPC COM PESO E MEDIDA**

Atendendo a que nesta Unidade Orgânica são lecionados o primeiro e o segundo ciclo do ensino básico, entendemos que é necessário fazer uma abordagem diferente para cada um deles, seja porque os níveis etários dos alunos são diferentes, seja porque as modalidades de ensino também o são. Enquanto no primeiro, o regime de monodocência permite, facilmente, controlar o volume dos trabalhos de casa, no segundo ciclo isso já se torna mais difícil, dado o número de áreas curriculares e de docentes envolvidos, merecendo portanto este aspeto uma maior atenção.

Podemos no entanto generalizar, que em qualquer dos casos, os trabalhos de casa em si, não são um problema, já que não há dúvidas que os mesmos poderão ser um ótimo instrumento para promover a autonomia do aluno, consolidar conhecimentos da aula, desenvolver o sentido de responsabilidade e melhorar a capacidade de organização. O problema surge devido ao uso que deles se faz; assim, o problema não é da ferramenta, mas do uso que dela se faz. Não ignoramos que eles poderão tornar-se num meio para aumentar as desigualdades sociais entre os alunos, uma vez que muitos dos nossos discentes, e no nosso caso concreto, isto é uma realidade da qual temos devido conhecimento, não têm em casa, quer recursos materiais quer

humanos para os realizarem, sem que os mesmos se tornem num tormento. Há que ter em conta, que os trabalhos de casa devem ter um volume que permita aos alunos realizarem em casa outras atividades igualmente educativas, como ajudar nas tarefas domésticas, conviver com os restantes familiares e brincar, atividades estas que contribuem certamente de forma igualmente valiosa para o seu desenvolvimento integral.

Em resumo, o trabalho de casa deverá ser prescrito sempre que o docente da área curricular o entender, tendo em conta o ciclo de ensino em que se encontra, a natureza da área curricular que leciona, o tipo de turma ou de aluno que tem à sua frente, o objetivo que tem em mente com os trabalhos e o tempo disponível para os realizar, fatores que ele conhece melhor do que ninguém, e alguns até, que só ele conhece, evitando que o mesmo provoque efeitos contraproducentes, quer no aluno quer na família, não havendo lugar à quantificação do seu volume, já que este volume será definido em função dos fatores atrás referidos e deverá ser uma competência exclusiva de cada docente.

A questão fundamental tem a ver com a forma como são aplicados e não com os malefícios da sua existência.

❖ VALORIZAÇÃO DO PESSOAL DOCENTE

A mudança da sociedade é cada vez mais acelerada, exigindo também respostas rápidas e assertivas da escola, atribuindo assim, cada vez mais, responsabilidades ao professor. Para dar as respostas adequadas às necessidades da sociedade, o poder político não tem tido mãos a medir e temos assistido a alterações insaciáveis dos currículos, dos programas e das metas de aprendizagem e são recomendadas novas metodologias e estratégias de ensino. Aqui a formação assume, sem dúvida, uma importância crucial. Trata-se mesmo de uma ajuda imprescindível. Todavia, o processo formativo não pode ignorar a experiência do professor, desorientando-o, nem exigir ainda um maior nível de envolvimento, sob pena de correr o risco de ser uma iniciativa contraproducente, colocando em causa o equilíbrio e, por consequência, a qualidade da atividade exercida nas salas de aula.

Deste modo, é importante que a formação vá ao encontro das reais necessidades dos docentes, das exigências que lhes são feitas, sendo adequadas ao ano/ disciplina ou nível de ensino que lecionam, contribuindo assim para a qualidade da educação e para a construção da identidade de cada professor.

Reconhecendo a dificuldade em promover uma formação personalizada, sugere-se uma maior **articulação** das diversas ofertas disponíveis, como forma de apostar na eficácia da resposta.

Por outro lado, nos últimos anos, na busca de novas soluções, o trabalho colaborativo tem sido uma mais-valia para o enriquecimento da preparação da prática pedagógica. Porém, para a sua continuidade é imprescindível a criação de novas condições de trabalho, em particular a adequação da duração dos horários dos docentes de **todos os níveis de ensino**, de modo a que possam assumir as suas responsabilidades sem o desgaste perturbante que já se começa a verificar. Um trabalho colaborativo entre os docentes traz inúmeros benefícios para todos. As diferentes experiências profissionais, as diferentes personalidades, estimulam a atuação dos diversos intervenientes, pois já lá diz o ditado “duas cabeças, pensam melhor do que uma”. Com os desafios que se nos deparam, cada vez precisamos mais uns dos outros. Uma maior partilha de saberes permite evoluir profissionalmente. O professor deve usufruir de momentos de autoconhecimento e de autoavaliação através da análise, partilha e reflexão dos seus sucessos, insucessos e/ou aspetos menos conseguidos.

❖ **REFORÇO DO PESSOAL NÃO DOCENTE**

No que diz respeito aos assistentes operacionais, constata-se que não existem em número suficiente para dar resposta às reais necessidades de todos os estabelecimentos de ensino da unidade orgânica. Por outro lado, os restantes funcionários que são colocados ao serviço da Escola ao abrigo de programas de ocupação temporária para o desempenho daquelas funções nem sempre reúnem as condições necessárias.

❖ **REFORÇO DA RELAÇÃO ESCOLA - COMUNIDADE – FAMÍLIA**

O reforço da relação Escola – Comunidade – Família passa por criar canais de comunicação eficazes entre estes três pilares. Neste sentido, devem ser definidas as metodologias a adotar para que todos desempenhem a sua função e se complementem.

A família é a instituição mais importante no processo ensino-aprendizagem. Portanto, é essencial a integração da família e a participação efetiva de todos no processo escolar das crianças. A escola deve estabelecer um vínculo com os pais para adquirir mais informações, procurando trocar ideias, na busca das soluções dos problemas que se deparam no dia-a-dia dos seus educandos. Para isso, deveria haver momentos particulares e específicos, a fim de solucionar problemas de aprendizagem e comportamento dos alunos. É necessário que haja uma relação de diálogo, onde as partes envolvidas possam expressar formas de saída para os problemas educacionais.

Os encarregados de educação devem desempenhar uma posição de supervisores da proposta pedagógica e colaborar com ações que promovam a parceria família-escola. Para a escola é importante o apoio da família, pois os pais cooperativos ajudarão a **estimular na criança o desejo pela aprendizagem.**

Os pais/encarregados de educação e a escola devem unir esforços, partilhar objetivos e trabalhar como parceiros para um mesmo bem comum: os alunos. Todos, professores, pais e alunos, só têm a ganhar com uma colaboração autêntica e educada.

A escola, a comunidade e a família devem caminhar juntos para construir um futuro melhor para as crianças de hoje.

C. DESEMPENHO CONSIDERADO ESSENCIAL PARA OBTENÇÃO DE SUCESSO ESCOLAR EM CADA DISCIPLINA

Os departamentos curriculares reuniram e refletiram sobre a definição das competências, metas e conteúdos considerados essenciais para se obter sucesso em cada área curricular, em cada ano de escolaridade. O resultado desta reflexão faz parte integrante dos Critérios de Avaliação aprovados pelo Conselho Pedagógico.

D. METAS FIXADAS PELA ESCOLA PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS

▪ MELHORAR AS TAXAS DE PROGRESSÃO / TRANSIÇÃO

A Escola continuará a apostar na diversificação de estratégias, medidas e projetos específicos para melhorar as taxas de progressão e transição, a fim de, no prazo de 10 anos, **superar** as taxas regionais, tanto no 1.º como no 2.º ciclo.

							Meta da Escola	Meta da DRE	Meta da DRE
	2012/2013 Taxa Regional (%)	2012/13 Taxa da Escola (%)	2013/14 Taxa da Escola (%)	2014/15 Taxa da Escola (%)	2015/16 Taxa da Escola (%)	2016/17 Taxa da Escola (%)	2017/2018 Taxa (%)	2020/21 Taxa (%)	2025/26 Taxa (%)
Transição do 1.º CEB	86,1	89,6	90,1	93,66	93,9	96	96	>90	>95
Transição do 2.º CEB	83	63,2	67,5	76,3	78,5	90	90	>86	>95

▪ REDUZIR A INDISCIPLINA

Todos sabemos que a indisciplina compromete decididamente a qualidade das condições para a aprendizagem. Os níveis de indisciplina, em particular na EB2,3 Pe. João José do Amaral, são relevantes (219 participações em 2015/16) e obrigam a uma ação concertada que envolva todos os intervenientes no processo educativo. Pretende-se agir com celeridade ao nível da **prevenção** e **intervir** com a assertividade que cada caso obriga. São várias as iniciativas da Escola no sentido de **atingir** as seguintes metas:

Reduzir o número de participações disciplinares em...	2017/2018	2020/2021	2025/2026
	15%	10%	5%

E. EIXOS DE AÇÃO PRIORITÁRIA

1. FOCO NA QUALIDADE DAS APRENDIZAGENS DOS ALUNOS

1.1 PROJETOS DA INICIATIVA DA DRE APLICADOS NA ESCOLA

❖ PROF DA

Professores qualificados na resolução de dificuldades de aprendizagem

Este projeto compreende a criação de uma rede de professores qualificados na deteção, caracterização e resolução de dificuldades de aprendizagem no 1.º ciclo. A formação dos Prof DA, será realizada através da oficina “Matemática passo a passo - Estratégias de Superação de dificuldades para o 1º ciclo do ensino básico”, sob a responsabilidade do formador Ricardo Teixeira, da Universidade dos Açores.

❖ LER AÇORES



Iniciativa que pretende agregar os projetos de promoção da leitura e de formação de leitores competentes.

Plano Regional de Leitura (PRL)

Dando continuidade ao estipulado no Protocolo de colaboração entre a então Secretaria Regional da Educação e Formação e a Comissão do Plano Nacional de Leitura, o Governo Regional determinou implementar o Plano Regional de Leitura, que elege como principal objetivo o desenvolvimento de competências e práticas de leitura nos Açores.

O Plano Regional de Leitura constitui um instrumento autónomo que, embora baseado nos mesmos princípios subjacentes ao Plano Nacional, reúne ações e estratégias de valorização da leitura e do livro especificamente adequadas às características e necessidades da população açoriana e do sistema educativo regional.



Rede Regional de Bibliotecas Escolares (RRBE)

A criação da Rede Regional de Bibliotecas Escolares, no âmbito da Resolução do Conselho do Governo n.º 82/2011 de 6 de Junho de 2011, visa promover o desenvolvimento das bibliotecas sediadas nas escolas públicas da Região Autónoma dos Açores, disponibilizando apoio ao nível da gestão e animação das referidas bibliotecas. Pretende-se, deste modo, que a biblioteca escolar seja parte integrante do processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para o desenvolvimento das práticas educativas, e não um mero local de trabalho e ou de armazenamento de recursos.

A Rede Regional de Bibliotecas Escolares tem como principais objetivos facultar formação aos coordenadores de biblioteca e assistentes operacionais a ela ligados, assegurar a catalogação dos acervos, harmonizar procedimentos, promover dinâmicas de leitura e construir parcerias com as bibliotecas municipais e públicas.

❖ **REDA – RECURSOS EDUCATIVOS DIGITAIS E ABERTOS**

<http://www.reda.azores.gov.pt/>

Recursos Educativos Digitais e Abertos (REDA) é uma plataforma dedicada à disponibilização de conteúdos educativos para a comunidade escolar.

A REDA tem um espaço dedicado a docentes, permitindo a partilha de conteúdos nas mais variadas áreas e domínios.

Os alunos também são convidados pelos docentes titulares de turma a navegar nesta plataforma, podendo encontrar recursos que os vão ajudar a estudar o que aprendem na sala de aula.

❖ **CRÉDITO HORÁRIO**

Meta contratualizada entre a UO e a DRE - redução de, pelo menos, 10% da taxa de insucesso escolar face ao obtido nos dois últimos anos letivos, no ano de escolaridade em que foi utilizado aquele crédito horário.

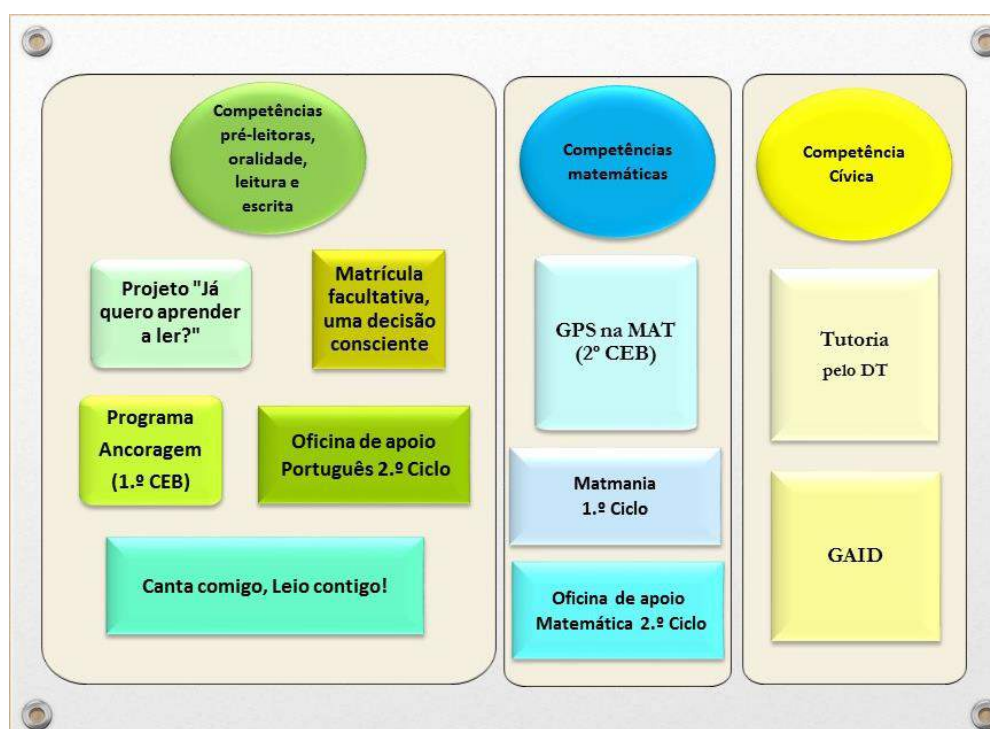
1.2 MEDIDAS / PROJETOS DA INICIATIVA DA ESCOLA

Conscientes de que este Plano ProSucesso, mais do que um produto, é um processo, a Escola sentiu a necessidade de reorganizar a sua ação estratégica, reformulando algumas das medidas que vinha a implementar.

Pretendeu, com isso, que as medidas fossem integradas e complementares ao longo da escolaridade, de modo a que convirjam para as metas traçadas nas três áreas de intervenção que definiu como prioritárias: *competências pré-leitoras, oralidade, leitura e escrita*; *competências matemáticas*; *competência cívica*.

Para além disso, também surgiu a necessidade de introduzir novas medidas, de modo a dar a resposta adequada às fragilidades que os resultados do final do ano letivo demonstraram.

Estas áreas são, a partir deste momento, consideradas os vetores que devem orientar todo o comportamento da organização.



COMPETÊNCIAS PRÉ-LEITORAS, ORALIDADE, LEITURA E ESCRITA

Problemas a resolver (qual a fragilidade que temos? Indicar, quando possível, o ponto de partida.)	▪ Dificuldade na aquisição de competências nos domínios da oralidade, leitura e escrita. ▪ Falta de comunicação do nível de competências pré-leitoras e linguísticas das crianças na transição da educação pré-escolar para o 1.º ciclo. ▪ Ingresso de crianças no 1.º ano de escolaridade com pouca maturidade global, em situação de matrícula facultativa (completam 6 anos entre 16 de setembro e 31 de dezembro). ▪ Elevada taxa de insucesso a Português no 2.º ano de escolaridade (<i>17% dos alunos matriculados no 2.º ano foram retidos com insucesso nesta disciplina, em 2016/17</i>). ▪ Elevada taxa de retenção no 2.º ano de escolaridade (<i>17% em 2016/17</i>). ▪ Falta de hábitos de leitura. ▪ Qualidade das aprendizagens na disciplina de Português.
Objetivos a atingir (o que queremos alcançar?)	▪ Desenvolver as competências pré-leitoras e linguísticas. ▪ Reduzir o número de crianças (em situação de matrícula facultativa) inscritas no 1.º ano, com parecer desfavorável da respetiva educadora de infância. ▪ Reduzir o insucesso a Português no 2.º ano. ▪ Reduzir a taxa de retenção no 2.º ano. ▪ Estimular o gosto pela leitura. ▪ Melhorar a proficiência na oralidade, na leitura e na escrita.
Metas a alcançar (qual o nível de ambição do que pretendemos alcançar?)	▪ Avaliar todas as crianças da educação pré-escolar que completam 6 anos até 31 de dezembro do ano letivo subsequente. ▪ Implementar programas para todas as crianças sinalizadas. ▪ Apoiar todas as crianças com necessidade de terapia da fala ou encaminhá-las para uma solução em parceria com a Escola. ▪ Envolver todos os encarregados de educação das crianças em situação de matrícula facultativa. ▪ Convencer 100% dos pais das crianças, com parecer desfavorável da educadora de infância, a não as matricularem no 1.º ano. ▪ Reduzir em 10% a taxa de insucesso a Português no 2.º ano. ▪ Reduzir em 10% da taxa de retenção no 2.º ano. ▪ Abranger todos os alunos da Educação Pré-escolar e do 1.º Ciclo em, pelo menos, uma sessão do CCLC. ▪ Abranger 100% dos alunos do 2º Ciclo com dificuldades em Português.

Atividades a desenvolver (o que é que vamos fazer para atingir o objetivo?)	Calendarização (quando é que vamos executar a atividade?)	Responsáveis (quem vai coordenar a execução da atividade?)	Monitorização (como vamos acompanhar o progresso e avaliar o sucesso dos objetivos?)
 JÁ QUERO APRENDER A LER? ▪ Aplicação de testes padronizados para avaliar dimensões: conhecimento lexical, morfossintático, consciência fonológica, concetualização acerca da linguagem escrita, no início e no final do ano letivo. ▪ Avaliar crianças sinalizadas para terapia da fala (terapeuta a contratar). ▪ Implementação de ações/ programas de promoção das competências pré-leitoras pelas educadoras de infância. ▪ No início de setembro, os educadores de infância e os docentes do 1º ano deverão reunir para falar sobre os alunos e verificar o grau de desenvolvimento das suas competências pré-leitoras e linguísticas, baseando-se nos resultados dos testes padronizados.	▪ Setembro e outubro: despiste das crianças com 5 anos inscritas nos Jardins de Infância da UO. ▪ De novembro a junho: implementação de programas de promoção da leitura. ▪ Junho: aplicação de testes padronizados (avaliação final).	▪ Serviço de Psicologia e Orientação.	▪ % de crianças sujeitas a testes padronizados pelo SPO. ▪ % de crianças com necessidade de aplicação de programas específicos. ▪ % de crianças que beneficiam de terapia da fala. ▪ % de crianças que desenvolveram as competências pré-leitoras e linguísticas.
 MATRÍCULA FACULTATIVA, UMA DECISÃO CONSCIENTE ▪ Diálogo entre as educadoras de infância e os encarregados de educação das crianças em situação de matrícula facultativa, acerca do seu desenvolvimento, ao longo do ano letivo. ▪ Ação de sensibilização junto dos encarregados de educação sobre as desvantagens de um ingresso prematuro no Ensino Básico.	▪ Março: realização da ação de sensibilização dirigida aos pais e encarregados de educação «<i>Matrícula facultativa, uma decisão consciente</i>». ▪ Reunião de Avaliação do 2.º Período: Preenchimento do Modelo B. ▪ Momento da entrega da Avaliação do 2.º Período: sensibilização aos pais e encarregados de educação para os casos de necessidade da permanência de mais um ano no Jardim de Infância. ▪ Junho: Avaliação da medida.	▪ Coordenadores dos Departamentos da EPE e do 1º CEB. ▪ Um elemento do Conselho Executivo.	▪ % de encarregados de educação com educandos(as) em situação de matrícula facultativa. ▪ % de encarregados de educação que aceitam o parecer desfavorável da educadora de infância.

Atividades a desenvolver (o que é que vamos fazer para atingir o objetivo?)	Calendarização (quando é que vamos executar a atividade?)	Responsáveis (quem vai coordenar a execução da atividade?)	Monitorização (como vamos acompanhar o progresso e avaliar o sucesso dos objetivos?)
 PROGRAMA ANCORAGEM - Os alunos retidos com insucesso a Português no 2.º ano são organizados em pequenos grupos (4 a 6 alunos), fixos ao longo do ano letivo. - São acolhidos por um professor “âncora” para superarem as dificuldades na oralidade, na leitura e na escrita. - Nas restantes horas letivas, realizam as suas aprendizagens no grupo-turma com o professor titular de turma. - O Professor “âncora” é inteiramente responsável pela sua prática pedagógica: planifica e leciona as suas aulas e avalia os alunos que lhes são adstritos. - O Professor “âncora” não faz substituições de docentes, salvo em situações excecionais. - Há uma bolsa de professores de apoio responsável pelas substituições. - Deverão realizar-se reuniões periódicas de coordenação/articulação entre os professores envolvidos no programa.	Ao longo do ano letivo, no mínimo de <i>6 horas por semana</i>.	- Coordenador do 1.º CEB. - Um elemento do Conselho Executivo.	% de alunos retidos no 2.º ano com insucesso em Português e que obtiveram sucesso na disciplina (<i>17% no ano letivo 2016/17</i>). % de alunos retidos no 2.º ano de escolaridade (<i>17% no ano letivo 2016/17</i>).

Atividades a desenvolver (o que é que vamos fazer para atingir o objetivo?)	Calendarização (quando é que vamos executar a atividade?)	Responsáveis (quem vai coordenar a execução da atividade?)	Monitorização (como vamos acompanhar o progresso e avaliar o sucesso dos objetivos?)
 CANTA COMIGO, LEIO CONTIGO! • As dinamizadoras do projeto contam histórias e, muitas vezes, recorrem a canções originais, para a exploração de obras literárias, em especial, do Plano Regional e do Plano Nacional de Leitura. • A promoção e implementação deste projeto, em primeiro lugar, destina-se aos alunos da educação pré-escolar e do 1.º e 2.º ciclos na EBI de Lagoa. • Também têm lugar sessões solicitadas por outras unidades orgânicas e instituições dentro e fora do concelho. • As sessões são realizadas nas salas das turmas, em regime de itinerância, ou na Biblioteca Escolar.	▪ Ao longo do ano letivo, em sessões agendadas com as turmas, na Biblioteca Escolar ou na sala de aula, quinzenalmente, na educação pré-escolar, periodal no 1.º e 2.º ciclos).	▪ Coordenadoras do projeto: uma educadora de infância e uma docente de Português do 2.º Ciclo.	▪ % de alunos abrangidos pelo projeto. ▪ Nível de satisfação dos alunos da consecução dos objetivos do projeto.
 OFICINA DE APOIO - PORTUGUÊS 2º CICLO ▪ Das turmas de um mesmo ano de escolaridade, são selecionados os alunos com insucesso em Português, para formarem pequenos grupos. O apoio, sempre que possível, deverá ser ministrado pelo professor de Português da turma. ▪ Cada professor de Português tem no seu horário da componente letiva um tempo de 45' reservado para a implementação desta medida. ▪ Este apoio acresce em 45' o horário do aluno. ▪ Uma vez que o professor da oficina é o professor da turma os conteúdos são desenvolvidas no apoio com recurso a	▪ Ao longo do ano letivo, 1 tempo letivo semanal (45').	▪ Professores de Português.	▪ % de alunos, beneficiários da medida, com sucesso em Português. ▪ Número de alunos sinalizados que foram abrangidos pela medida (cf. atas dos Conselhos de Turma).

Atividades a desenvolver (o que é que vamos fazer para atingir o objetivo?)	Calendarização (quando é que vamos executar a atividade?)	Responsáveis (quem vai coordenar a execução da atividade?)	Monitorização (como vamos acompanhar o progresso e avaliar o sucesso dos objetivos?)
metodologias diferenciadas e mais individualizadas.			

COMPETÊNCIAS MATEMÁTICAS

Problemas a resolver (qual a fragilidade que temos? Indicar, quando possível, o ponto de partida.)	- Insucesso na disciplina de Matemática dos alunos do 3.º ano. - Insucesso na disciplina de Matemática dos alunos do 2.º Ciclo (no 6.º ano, 27,4% em 2016/2017). - Poucos alunos com níveis 4 e 5 no 2.º Ciclo (no 6.º ano -17,8% de níveis 4; e 5,9% de níveis 5, em 2016/2017).
Objetivos a atingir (o que queremos alcançar?)	- Reduzir o insucesso na área de Matemática no 3.º ano de escolaridade. - Reduzir o insucesso na área de Matemática no ano de escolaridade do 2.º Ciclo em que for intervencionado. - Aumentar a percentagem de alunos com níveis 4 e 5 (no ano de escolaridade do 2.º Ciclo em que for aplicada a medida).
Metas a alcançar (qual o nível de ambição do que pretendemos)	- Abranger 100% dos alunos do 3.º ano com dificuldades em Matemática. - Abranger 100% dos alunos do 2.º Ciclo do ano de escolaridade em que forem implementadas as medidas. - Reduzir em 10% a taxa de insucesso do final do ano letivo transato.

alcançar?)	Aumentar em 10% a taxa de alunos com níveis 4 e 5.
------------	--

Atividades a desenvolver (o que é que vamos fazer para atingir o objetivo?)	Calendarização (quando é que vamos executar a atividade?)	Responsáveis (quem vai coordenar a execução da atividade?)	Monitorização (como vamos acompanhar o progresso e avaliar o sucesso dos objetivos?)
 MATMANIA – 1.º CICLO - Das turmas do 3.º ano de escolaridade, são selecionados os alunos com insucesso em Matemática no ano letivo transato, para formarem pequenos grupos. - O Prof DA tem no seu horário da componente letiva, um bloco de 90' reservados para a implementação desta medida, coincidente com o horário de cada turma.	- Ao longo do ano letivo. - Um bloco de 90' por semana por cada grupo (turma).	Profs DA	% de alunos, beneficiários da medida, com sucesso em Matemática. - Número de alunos sinalizados que foram abrangidos pela medida (cf. atas dos Conselhos de Núcleo).
 OFICINAS DE APOIO – MATEMÁTICA 2.º CICLO Das turmas de um mesmo ano de escolaridade, são selecionados os alunos com insucesso em Matemática no ano letivo transato, para formarem pequenos grupos. O apoio, sempre que possível, deverá ser ministrado pelo professor de Matemática da turma.	Ao longo do ano letivo.	Professores de Matemática	% de alunos, beneficiários da medida, com sucesso em Matemática. - Número de alunos sinalizados que foram abrangidos pela medida (cf. atas dos Conselhos de Turma).

Atividades a desenvolver (o que é que vamos fazer para atingir o objetivo?)	Calendarização (quando é que vamos executar a atividade?)	Responsáveis (quem vai coordenar a execução da atividade?)	Monitorização (como vamos acompanhar o progresso e avaliar o sucesso dos objetivos?)
 GPS NA MATEMÁTICA - Das turmas de um mesmo ano de escolaridade, são retirados os alunos com insucesso em Matemática no ano letivo transato, para formarem pequenos grupos-turma fixos ao longo de todo o ano letivo. No caso de as turmas serem do 5.º ano, incluem-se os alunos que foram aprovados no 4.º com insucesso a Matemática. - Os pequenos grupos-turma não podem exceder o número de 10 alunos. A seleção, se necessária, será feita pelos Conselhos das Turmas de origem dos alunos. - Cada grupo-turma é atribuído a outro de professor de Matemática, com assento no conselho de turma de origem, que desenvolve as mesmas competências, sendo responsável pela planificação, lecionação e avaliação dos alunos, em articulação com as restantes turmas. - O horário de cada grupo-turma coincide com o(s) da(s) turma(s) de origem.	Ao longo do ano letivo.	- Todos os professores de Matemática que lecionam o ano de escolaridade onde for implementada a medida, isto é, os professores das turmas de origem e os responsáveis por cada grupo-turma. - Conselhos de Turma das turmas envolvidas.	% de alunos, beneficiários da medida, com sucesso em Matemática. - Número de alunos sinalizados que foram abrangidos pela medida (cf. atas dos Conselhos de Turma).

COMPETÊNCIA CÍVICA

Problemas a resolver (qual a fragilidade que temos? Indicar, quando possível, o ponto de partida.)	- Fraca motivação para as tarefas escolares. - Assiduidade irregular. - Relacionamento interpessoal. - Indisciplina (Houve 152 participações disciplinares na EB2,3 Pe. João José do Amaral, estando circunscritas a 15,9 % dos alunos desse estabelecimento, no ano letivo 2016/2017.)
---	---

Objetivos a atingir (o que queremos alcançar?)	▪ Reduzir a indisciplina. ▪ Melhorar o comportamento na sala de aula. ▪ Melhorar o relacionamento interpessoal. ▪ Prevenir o abandono escolar. ▪ Desenvolver o gosto pelas atividades escolares.		
Metas a alcançar (qual o nível de ambição do que pretendemos alcançar?)	▪ Reduzir em 10% o número de Medidas Disciplinares Preventivas e de Integração ▪ Reduzir em 20% o número de Medidas Disciplinares Sancionatórias. ▪ Diferença entre a média do número de faltas injustificadas dos alunos que beneficiaram da Tutoria, entre o início e o final do ano letivo. ▪ Taxa de sucesso dos alunos beneficiados pela Tutoria (10%).		
Atividades a desenvolver (o que é que vamos fazer para atingir o objetivo?)	Calendarização (quando é que vamos executar a atividade?)	Responsáveis (quem vai coordenar a execução da atividade?)	Monitorização (como vamos acompanhar o progresso e avaliar o sucesso dos objetivos?)
TUTORIA pelo DT ▪ A medida de Tutoria é uma estratégia de apoio e orientação pessoal e escolar, entre um tutor (DT) e um tutorando (aluno), que visa não só o acompanhamento escolar, mas também o desenvolvimento pessoal e a realização do potencial do tutorando, através de uma relação desenvolvida de forma partilhada e construída por ambos os elementos da díade. ▪ Todos os alunos da turma podem ser beneficiários da medida de tutoria. ▪ Os alunos alvo de participação disciplinar têm de ser abrangidos pela medida. ▪ O DT apoia o aluno no horário reservado para o efeito	▪ Ao longo do ano letivo (45' semanalmente).	▪ Diretores de Turma	▪ % de alunos satisfeitos com o benefício da medida (<i>inquérito aplicado aos alunos, utilizando um formulário anónimo</i>). ▪ % de alunos por turma beneficiários de Tutoria. ▪ Evolução da assiduidade dos alunos beneficiários de Tutoria. ▪ % de alunos, beneficiários de Tutoria, com sucesso escolar.

Atividades a desenvolver (o que é que vamos fazer para atingir o objetivo?)	Calendarização (quando é que vamos executar a atividade?)	Responsáveis (quem vai coordenar a execução da atividade?)	Monitorização (como vamos acompanhar o progresso e avaliar o sucesso dos objetivos?)
na sua componente não letiva. ▪ O contato com o aluno é registado na aplicação <i>TProfessor</i>. ▪ Cada DT tem no seu horário da componente não letiva um tempo de 45' reservado para a implementação desta medida.			
 GABINETE DE APOIO E INTERVENÇÃO DISCIPLINAR (GAID) ▪ O GAID pretende corrigir comportamentos dos alunos que infrinjam as normas estabelecidas no Regulamento Interno e no Estatuto do Aluno. O acompanhamento é dado por um professor afeto ao GAID, sempre que se verificar a ordem de expulsão da sala de aula. A distribuição de serviço tem em conta o número de docentes necessário ao funcionamento do Gabinete, de modo a que funcione durante todo o horário letivo.	▪ Ao longo do ano letivo.	▪ Coordenador/professores afetos ao GAID.	▪ Número de participações da Escola, por estabelecimentos de ensino. ▪ % de alunos da EB2,3 Pe. João José do Amaral com participações disciplinares. ▪ % de alunos da EB2,3 Pe. João José do Amaral com participações disciplinares, ordem de expulsão da sala de aula, que frequentaram o GAID. ▪ % de medidas disciplinares preventivas e de integração no total de alunos com participações. ▪ % de medidas disciplinares sancionatórias no total de alunos com participações. ▪ % (e número) de alunos da EB2,3 Pe. João José do Amaral com participações que melhoraram o seu comportamento depois de terem beneficiado do acompanhamento do GAID (assiduidade e aproveitamento).

2. PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS DOCENTES

2.1 FORMAÇÃO

2.1.1 FORMAÇÃO CONTÍNUA / ACOMPANHAMENTO

FORMAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

É consensual que a educação de elevada qualidade na primeira infância tem efeitos positivos e duradouros nas crianças e na sociedade. É também consensual que as competências dos educadores são um dos indicadores mais importantes da qualidade da educação na primeira infância. Nesta perspetiva, a Direção Regional da Educação promove formação dirigida a esses profissionais.

FORMAÇÃO 1.º E 2.º CICLOS

I. Programa de formação e acompanhamento pedagógico de docentes da educação básica

O programa destina-se aos docentes do 1.º e 2.º ciclos e tem como objetivo promover, mediante a reflexão e a partilha de estratégias de ensino, a diversificação das metodologias a aplicar na sala de aula em função das necessidades dos alunos, bem como a construção, aplicação e avaliação de recursos pedagógicos.

Implementado desde o ano de 2013/14, este programa tem promovido, junto dos docentes de 1.º ciclo de todas as unidades orgânicas do sistema educativo regional, através da formação interpares, acompanhamento pedagógico, incluindo em contexto de sala de aula.

II. Matemática Passo a Passo: Estratégias de Superação de dificuldades para o 1.º CEB

Este projeto formativo coordenado pelo Professor Doutor Ricardo Teixeira, da Universidade dos Açores, desenvolve-se em regime de oficina, ao longo da qual os docentes Prof DA desenvolvem estratégias e recursos pedagógicos de acordo com os princípios da Abordagem CPA - Concreto, Abstrato, Pictórico, das Múltiplas Perspetivas e das Conexões Matemáticas, que, depois, implementam, em articulação com os docentes da turma.

Pretende-se melhorar a intervenção neste nível basilar da aprendizagem da Matemática, proporcionar aos docentes o conhecimento de estratégias específicas que se revelam particularmente eficazes na promoção mais efetiva e atempada do diagnóstico e da superação das dificuldades dos alunos.

III. Formação do 2.º ciclo

Um dos eixos de ação prioritária do ProSucesso é a promoção do desenvolvimento profissional dos docentes, sendo a formação centrada na sala de aula e no contexto da escola fundamental, para uma ação docente mais colaborativa e partilhada, para a melhoria da qualidade não só do ato de ensinar, mas fundamentalmente, do processo de aprendizagem. Neste sentido, a DRE promove ações dirigidas a docentes de Português e Matemática do 2.º ciclo, sendo estas distribuídas por módulos presenciais e à distância, para permitir o acompanhamento por parte dos formadores durante o ano letivo.

2.1.2 FORMAÇÃO INTERPARES NA DINÂMICA DA ESCOLA

- Articulação curricular na educação pré-escolar, nomeadamente a planificação, partilha de práticas e de materiais didáticos.
- Manutenção da organização do Departamento do 1.º ciclo em quatro subestruturas por anos de escolaridade, que funciona nestes moldes desde 2005, para permitir:
 - ✓ Formação interpares por anos de escolaridade;
 - ✓ Planificação, partilha de materiais didáticos, elaboração de instrumentos comuns de avaliação a toda a unidade orgânica para promoção da qualidade das aprendizagens dos alunos.
- Articulação curricular no 2.º ciclo, nomeadamente a planificação por disciplinas/ anos, uniformização de instrumentos de avaliação e partilha de práticas.

2.1.3 FORMAÇÃO INTERNA PROMOVIDA PELA ESCOLA

Para além da formação que será promovida pela DRE, a Escola pretende manter a sua *formação interna* anual, tendo como formadores docentes da própria Escola e que se destina ao pessoal docente e não docente.

Estas sessões formativas constam do Plano de Formação da Unidade Orgânica.

3. MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE EDUCATIVA E PARCEIROS SOCIAIS

3.1 AÇÕES JUNTO DOS ALUNOS

No final de cada ano letivo, no âmbito da autoavaliação, os alunos serão convidados a apresentar, mais uma vez, as causas das suas dificuldades, propondo alterações às suas experiências de aprendizagem.

Uma vez por período, o Conselho Executivo reúne com os delegados e subdelegados de turma.

Pretende-se que os alunos participem em concursos e projetos regionais e nacionais.

3.2 AÇÕES JUNTO DOS PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

É cada vez mais importante sensibilizar os pais e encarregados de educação para participarem ativamente na vida escolar dos seus educandos. Na verdade, Escola e Família devem realizar um trabalho com base na cooperação, colaboração e partilha. A escola sozinha não é suficiente para garantir o sucesso educativo dos seus alunos, do mesmo modo que as famílias, por si só, também não garantem a educação e desenvolvimento integral das crianças. Um trabalho em parceria tende a que os alunos se apliquem e esforcem mais, se sintam mais apoiados, valorizados, autoconfiantes, e se desenvolvam de forma segura e com mais autoestima.

É nesta perspetiva que a Escola pretende continuar com a realização de reuniões, em particular, para a apresentação do ano letivo, só com os pais e encarregados de educação, a acontecer um ou dois dias úteis antes do início do ano letivo, onde os docentes responsáveis pelas turmas terão a oportunidade de dar a conhecer o funcionamento da Escola, entregar os horários dos alunos, apelar para a necessária cultura de respeito e trabalho na sala de aula, para a importância dos TPC e como ajudar os filhos na sua realização, entre outros assuntos. Por consequência, o primeiro dia de aulas fica reservado exclusivamente para os alunos, designadamente para a receção e início das atividades. Para além disso, continuarão a vigorar as iniciativas que tanto têm contribuído para aproximar os pais da escola, como sejam as **festas de Natal** em que os seus educandos são os protagonistas, os **desfiles de Carnaval** em que eles são os artistas que abrilhantam as ruas da cidade, a **Feira do Empreendedorismo** que envolve dezenas de pessoas da comunidade, assim como pretende apostar nas redes sociais, nomeadamente com a maior dinamização de uma **página Facebook**, para divulgar as ações da Escola e auscultar os pais sobre os mais diversos assuntos.

3.2.1 A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA EBI DE LAGOA

Para um maior envolvimento dos pais e alunos na tomada de decisões sobre as opções da Escola, foi estabelecida uma parceria entre a Escola e a Associação de Pais, onde foram planeadas várias atividades, entre as quais: **Aquisição de livros** do Plano Regional de Leitura e do Plano Nacional de Leitura, para os alunos da EPE e do 1.º CEB, selecionados pelos núcleos escolares; realização da **Feira Pedagógica de Ocupação de Tempos Livres**, que acontece no início de cada ano letivo, com o propósito de dar a conhecer às crianças e aos jovens da Lagoa a oferta educativa, formativa, cultural e desportiva disponível no concelho.

3.3 ARTICULAÇÃO COM OUTRAS ESCOLAS – UMA VISÃO CONCELHIA DA EDUCAÇÃO

3.3.1 REUNIÕES TRIMESTRAIS ENTRE ÓRGÃOS DE GESTÃO

Com o intuito de analisar a implementação das medidas comuns às três unidades orgânicas e os resultados entretanto já apurados, os Presidentes dos conselhos executivos e dos conselhos pedagógicos reunirão uma vez por período, propondo, eventualmente, reajustamentos às medidas.

3.3.2 REGULAMENTO INTERNO

Na elaboração dos Regulamentos Internos das três unidades orgânicas deve haver uma convergência na definição das regras quanto ao funcionamento da Ação Social Escolar, assim como à definição de medidas de controlo da indisciplina.

3.3.3 ACOMPANHAMENTO DOS ALUNOS NA TRANSIÇÃO DE CICLO

Realização de, pelo menos, uma reunião no final do ano letivo, entre diretores de turma do 6.º ano e os diretores de turma /docentes do 7.º ano, na transição das turmas da EBI de Lagoa para a Escola Secundária de Lagoa para apresentação do perfil dos alunos.

3.3.4 PROMOÇÃO DA LEITURA

Projeto: Canta comigo, Leio contigo!
Escola promotora: EBI Lagoa.

3.3.5 ARTICULAÇÃO ENTRE SPO'S E NEE'S DAS TRÊS UO

Realização de encontros, no início do 3.º Período de cada ano letivo, para discutir respostas educativas, preparar o encaminhamento de alunos, aferir estratégias e procedimentos que sirvam às três escolas.

F. ACOMPANHAMENTO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROSUCESSO

O *acompanhamento e monitorização* do Plano da Escola é uma competência da Comissão de Acompanhamento do ProSucesso, quer através de momentos informais com os responsáveis pelos diferentes projetos, quer através de uma monitorização de carácter mais formal.

A *monitorização* das medidas executadas, no final de cada ano letivo, tem como objetivo compreender de um modo concreto e sistemático o que está a resultar e a falhar na implementação do Plano. Cabe aos docentes, através das suas estruturas de orientação educativa, aos alunos, aos pais e encarregados de educação, assim como à comunidade educativa, em geral, colaborar ativamente neste processo de verificação. Este procedimento pode consistir na elaboração de relatórios e no preenchimento de Fichas de Monitorização, modelos criados para o efeito, em anexo a este Plano.

Estes mecanismos de regulação da ação da Escola deverão permitir, não só aferir a exequibilidade do Plano e os resultados alcançados, como também, deverão fomentar a reflexão e a promoção de boas práticas em torno dos resultados dos alunos, dos processos pedagógicos, dos materiais didáticos e da atividade da Escola em geral.

Assim, pretende-se que a *monitorização* do Plano possibilite obter informação acerca de:

- O impacto do Plano na comunidade educativa;
- O grau de consecução dos objetivos e das metas estabelecidas;
- A forma como os restantes documentos estratégicos da Unidade Orgânica contribuíram para concretizar as metas inscritas no ProSucesso;
- Os obstáculos à sua concretização para que se possa delinear estratégias de superação;
- Os ajustamentos ou alterações a efetuar.

A *avaliação* do Plano, nos termos da Resolução do Conselho do Governo n.º 133/2015 de 14 de Setembro de 2015, é uma competência do conselho pedagógico.

Após o final do 1.º e 2.º Períodos, este órgão deve pronunciar-se sobre a evolução dos resultados dos alunos (percentagem de insucesso, por disciplina, em cada ano de escolaridade), assim como o desenvolvimento da indisciplina em relação ao período homólogo do ano anterior.

No final de cada ano letivo, “o conselho pedagógico analisará a implementação do Plano e os seus resultados. Para além de serem novamente analisados os níveis de insucesso, serão avaliadas as taxas de progressão/transição de cada ano e os índices de indisciplina continuarão a merecer uma atenção cuidada, à luz das metas definidas pela Escola a curto e a médio prazo. Será este o momento para a apreciação dos projetos da iniciativa da Escola, o que conduzirá à reformulação ou à introdução de novas medidas, de modo a garantir que os objetivos definidos sejam atingidos.

Esta análise constará de um relatório anual que será enviado à Direção Regional da Educação e discutida em conjunto para aprovação das medidas para o ano letivo subsequente, caso haja alteração em relação ao inicialmente previsto.

G. ANEXOS



ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DE LAGOA

CANTA COMIGO, LEIO CONTIGO!





PLANO INTEGRADO DE PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR

Os docentes que acompanharam os alunos devem preencher esta ficha e entregá-la às responsáveis pelo projeto, no final da própria sessão.

Período Letivo:	1.º ☐	2.º ☐	3.º ☐			
Estabelecimento de ensino:		Ano:				
Número de alunos:		Docente que acompanhou os alunos:				
Avaliação global da sessão		Assinale com X, na sua opinião, o nível de consecução dos objetivos, de acordo a(s) atividade(s) em que o seu grupo/turma participou. Considere o nível 1 como muito pouco satisfatório e o nível 5 como muito satisfatório .				
		1	2	3	4	5
		☐	☐	☐	☐	☐

Data do preenchimento:

[Clique aqui para introduzir uma data.](#)

Modelo A/ProSucesso/CCLC



ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DE LAGOA

MATRÍCULA FACULTATIVA, UMA DECISÃO CONSCIENTE

(Nos termos do ponto 4 do artigo 7.º da Portaria n.º 75/2014 de 18 de Novembro de 2014 - RGAPA)



PLANO INTEGRADO DE PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR

1. Esta Ficha deve ser preenchida **para todas as crianças** em situação de matrícula facultativa (que fazem 6 anos entre 16 de setembro e 31 de dezembro).
2. Deve ser preenchida pela Educadora de Infância da sala da criança e entregue ao Conselho Executivo **até ao último dia útil do mês de fevereiro**.

Nome da Criança:			
Data de Nascimento:	(dia)	(mês)	(ano)
Estabelecimento de ensino que frequenta:			
Sala:		Educadora de Infância:	
Nome do(a) encarregado(a) de educação			Contato telefónico:
PARECER			
De acordo com os critérios definidos pela Escola: (Escolha uma das opções.)			
☐ Considero que a criança reúne as condições favoráveis ao seu ingresso no 1.º Ciclo do Ensino Básico.			
☐ Não considero que a criança reúna, neste momento, as condições necessárias ao seu ingresso no 1.º Ciclo do Ensino Básico.			
Observações:			
Data:			
Assinatura da Educadora de Infância:			

Modelo B/ProSucesso/Mat_Facultativa




ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DE LAGOA

PLANO INTEGRADO DE PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR

PARTICIPAÇÕES DISCIPLINARES
SÍNTESE POR ESTABELECIMENTO

ANO LETIVO 20 / 20

1. Esta Ficha deve ser preenchida pelo Professor Titular / Diretor de Turma, nas reuniões de avaliação.
2. Depois de preenchida, a Ficha deve ser entregue ao Conselho Executivo com a documentação da reunião de avaliação.

Período Letivo:	1.º ☐	2.º ☐	3.º ☐
Estabelecimento de Ensino:			
Professor Titular/Diretor de Turma:		Ano: Escolha um item.	Turma: Escolha um item.

NÚMERO DE PARTICIPAÇÕES DISCIPLINARES

Medidas disciplinares preventivas e de integração: (Preencher a quadrícula com o número de casos com a medida indicada.)

☐	a) A advertência;
☐	b) A ordem de saída da sala de aula e demais locais onde se desenvolva a atividade escolar;
☐	c) A realização de tarefas e atividades de integração na escola, podendo para esse efeito ser aumentado o período de permanência obrigatória, diária ou semanal, do aluno na escola;
☐	d) O condicionamento no acesso a determinados espaços escolares ou na utilização de materiais e equipamentos específicos, sem prejuízo daqueles que se encontrem afetos a atividades letivas;
☐	e) A mudança de turma.

Medidas disciplinares sancionatórias: (Preencher a quadrícula com o número de casos com a medida indicada.)

☐	a) A repreensão registada;
☐	b) A suspensão da escola até 3 dias úteis;
☐	c) A suspensão da escola de 4 a 10 dias úteis;
☐	d) A transferência de escola;
☐	e) A expulsão da escola.

Modelo C/Processo/Participações Disciplinares




ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DE LAGOA

PLANO INTEGRADO DE PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR

ENCAMINHAMENTOS

Escolha um item. ANO LETIVO 20 / 20

1. Esta Ficha serve para identificar os alunos que revelam particulares dificuldades no processo de ensino e aprendizagem e que, eventualmente, poderão necessitar de uma resposta educativa diferenciada ou de frequentar um percurso específico. Por isso, o seu preenchimento não é exclusivo para os alunos com segunda retenção.
2. Todas as propostas de encaminhamento devem cumprir os requisitos previstos na legislação em vigor.
3. Deve ser preenchida pelo Diretor/Titular de Turma, nas reuniões de avaliação do 2º e 3º períodos.
4. Depois de preenchida e assinada, deve ser entregue ao Conselho Executivo, em suporte de papel, com a ata da reunião de avaliação, e enviada em formato digital, ao Conselho Pedagógico.

Estabelecimento de Ensino:

Diretor/ Titular de Turma:		Ano: Escolha um item.	Turma: Escolha um item.
--	--	-----------------------	-------------------------

Número	Nome do(a) aluno(a)	Idade (até 31/6/2017)	Retenções		Está (ou esteve) a frequentar o ano suplementar no PO?	Disciplinas com insucesso (níveis 1 e 2/ Insuficiente)	PREVISÃO/PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO	Parecer do Conselho Pedagógico (A preencher na reunião de avaliação, apenas no 2.º e 3.º P.)	
			* N.º de Retenções 1.º Ciclo	* N.º de Retenções 2.º Ciclo				Favorece	Desfavorece
1		☐	☐	☐	Escolha um item.		Escolha um item.	☐	☐
2		☐	☐	☐	Escolha um item.		Escolha um item.	☐	☐
3		☐	☐	☐	Escolha um item.		Escolha um item.	☐	☐
4		☐	☐	☐	Escolha um item.		Escolha um item.	☐	☐
5		☐	☐	☐	Escolha um item.		Escolha um item.	☐	☐

* No caso de esta ficha ser preenchida no final 3.º Período, o número de retenções deve incluir a do presente ano letivo.

Data do Conselho de Turma: Clique aqui para introduzir uma data. O Diretor/ Titular de Turma:

Data do Conselho Pedagógico: Clique aqui para introduzir uma data.

Modelo E/Processo/Encaminhamentos

Aprovado pelo Conselho Pedagógico na reunião de 7 de julho de 2017
Revisto a 4 de setembro de 2017
O Presidente do Conselho Pedagógico,

Samuel António Rodrigues